

Economia Brasil

Expansão de 5% não está garantida

por Celso Pinto
de São Paulo

Quando se discute a viabilidade da promessa do presidente José Sarney de sustentar um crescimento de 5% neste ano e de 6% a partir de 1986, as críticas mais frequentes concentram-se nas dificuldades futuras. Este ano, contudo, pode ainda reservar alguma surpresa desagradável.

É natural que a maioria dos economistas e dos técnicos do governo tenda a supor que a garantia do crescimento deste ano "já está dada". Afinal, até maio último, a indústria continuava a crescer a uma taxa anual de 7%. De outro lado, está garantida uma safra agrícola muito boa, tanto de grãos quanto de café, e isto provavelmente vai assegurar uma expansão do produto do campo de pelo menos 6%.

O que é menos perceptível de imediato é a conjugação de dois fatores nos próximos meses. De um lado, é provável que continue o processo de desaceleração do produto industrial observado desde o início do ano. De outro, esta desaceleração deverá ser amplificada, em termos contábeis, porque vai comparar-se com um período particularmente próspero, o segundo semestre do ano passado.

Se for feito um exercício puramente matemático misturando estes ingredientes, o resultado surpreenderá. Tomando-se o crescimento verificado até maio, retirando-se das taxas observadas o que reflete um efeito puramente sazonal e projetando-se a tendência verificada para o resto do ano, descobre-se que a expansão industrial poderá cair dos 7% de maio para apenas 3,4% em dezembro. Em outros termos, retirados os fatores sazonais, a indústria poderia ficar patinando numa expansão média pouco superior a 1% no segundo semestre.

A primeira objeção que se pode fazer a este exercício matemático é que ele desconsideraria o impacto das greves de abril sobre a produção industrial. Pode haver alguma subestimação, mas, quando é feita a "limpeza" dos fatores sazonais, acaba-se incorporando outros anos em que também aconteceram greves importantes em abril.

Outra objeção que se poderia fazer: por que razão o produto industrial continuaria a declinar no segundo semestre? A resposta mais usual é através de uma outra indagação: que fatores poderiam reverter esta tendência? Não há consenso sobre este ponto.

(Continua na página 5)

TREVO S.A. GRUPO LUXMA

Economia Brasil

Expansão de 5% não está...

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

como, aliás, não há consenso sobre as projeções de crescimento deste ano. Alguns técnicos do governo identificam na política salarial recente um fator generoso de expansão da demanda, suficiente para empurrar os preços de alguns itens de consumo durável — notadamente os têxteis — e sustentar uma firme expansão da indústria no segundo semestre. É bom lembrar, por exemplo, que o Ministério da Fazenda defendeu, recentemente, a sugestão de não corrigir a tabela de Imposto de Renda na fonte, não só por ser uma fonte de recursos fiscais, mas, também, por ser um instrumento de enxugamento de demanda, que estaria muito excitada.

Não é este o diagnóstico mais usual nem ele é endossado na Secretaria do Planejamento ou na assessoria econômica da Presidência. Em geral, atribui-se o vigor da expansão industrial iniciada no ano passado a dois fatores conjugados: o estímulo do rápido crescimento das exportações e o efeito da generalização do reajuste salarial integral (e, em alguns casos, da trimesalidade). Alguns lembram também o empurrão representado por uma política fiscal claramente expansionista a partir do final do ano passado.

Se este diagnóstico estiver correto, as duas fontes de expansão estariam esgotando. O Brasil continua exportando em níveis razoáveis, mas não há taxas de crescimento sobre o ano passado — ao contrário, as exportações industriais têm declinado. De outro lado, provavelmente o impacto mais forte da política salarial sobre a demanda já foi absorvido. Só fatos novos poderiam gerar saltos adicionais. Também não seria sensato esperar nada de positivo do lado da política fiscal, a menos que se esteja convencido de que o governo jamais colocará em prática o "pacote" de ajuste recentemente aprovado. Se o fizer, este será mais um fator de desaceleração.

Quando o presidente promete 6% para o próximo ano, aposta na eficácia do "pacote". O ajuste fiscal, plenamente aplicado, aliviaria substancialmente a pressão do setor público sobre a poupança. Com isto, cairia significativamente a taxa de juros e haveria novo estímulo ao investimento privado. O Estado, de sua parte, garantiria aplicações em setores sociais básicos, como saneamento e obras públicas, e em

áreas como educação, segurança, saúde, etc., e estes são investimentos de rápido retorno.

Em tese, é um plano de voo razoável. Os economistas sabem, contudo, que é muito difícil calibrar com exatidão a política econômica de forma a obter o que se quer. As advertências que têm sido feitas até agora normalmente alertaram para os perigos expansionistas desta estratégia. O receio maior tem sido o de que o governo se aproveite de forma irresponsável do espaço no crescimento que o bom comportamento do setor externo tem viabilizado.

Como a economia brasileira tem uma tendência tradicional de acabar crescendo sempre mais do que se imagina, talvez seja esta a dúvida mais prudente. O temor oposto, contudo, também existe e está presente entre os formuladores da atual política econômica. O declínio observado, nos últimos meses, do crescimento industrial poderia ser o início da inflexão de uma curva. Quanto mais firme for o ajuste fiscal, mais duro poderá ser o impacto sobre esta curva. Como há um compromisso formal do presidente com o crescimento, é preciso estar atento para evitar que a desaceleração desemboque numa retração.

Todos concordam que é cedo para se tentar chegar a conclusões definitivas. Há boa chance de que o produto industrial sustente um crescimento de pelo menos 4% neste ano, o que não seria muito preocupante. Os próprios empresários têm sido otimistas: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) recentemente divulgou uma previsão de crescimento industrial de 7% neste ano. Os próximos dois ou três meses devem dar uma idéia mais precisa de quem está com a razão.